
MOBILIDADE E PLASTICIDADE DO TRABALHO: REFLEXÕES TEÓRICAS

WORK MOBILITY AND PLASTICITY: THEORETICAL REFLECTIONS

MOVILIDAD Y PLASTICIDAD DEL TRABAJO: REFLEXIONES TEÓRICAS

Silmara Oliveira Moreira¹

moreira.sillmara@gmail.com

Janio Santos²

janiosantos@yahoo.com.br

Resumo:

O artigo que se apresenta tem como objetivo trazer algumas contribuições teóricas a respeito do conceito de plasticidade do trabalho. Tais contribuições são baseadas nas análises das relações de trabalho que se estabelecem no contexto atual de reestruturação produtiva do capital e nos imperativos que definem a reprodução da vida dos trabalhadores nos pequenos municípios. A metodologia escolhida está ancorada no método dialético de base materialista e teve como recursos metodológicos entrevistas semiestruturadas, questionários, pesquisa documental e observações de campo. Os pequenos municípios refletem as transformações no mundo do trabalho no período atual de reestruturação produtiva marcado pela desregulamentação do trabalho frente à crise estrutural do capital. A plasticidade do trabalho se revela no processo degradante de disponibilização dos sujeitos em constante readequação no mercado de trabalho para atender à demanda do capital.

Palavras-Chave: Mobilidade, Reestruturação, Plasticidade, Trabalho, Pequenos Municípios.

Abstract:

The article that is presented aims to bring some theoretical contributions regarding the concept of plasticity of the work. Such contributions are based on the analysis of the working relationships that are established in the current context of the productive restructuring of the capital and in the imperatives that define the reproduction the lives of the workers in the small municipalities. The methodology chosen is anchored in the dialectical method of materialistic basis and had as methodological resources interstructured interviews, questionnaires, documentary research and field observations. The small municipalities reflect the transformations in the world of work in the current period of productive restructuring marked by the deregulation of work in the face of the structural crisis of the capital. The plasticity of the work is revealed in the degrading process of making available the subjects in constant readjustment in the labour market to meet the demand of the capital.

¹Mestre em Geografia Pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (PPGeo-UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades da Bahia.

²Doutor em Geografia; Professor Titular da UEFS; Professor Colaborador (PPGeo-UESB) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades da Bahia

Keywords: Mobility, Restructuration, Plasticity, Work, Small Municipalities.

Resumen:

El busca hacer aportes teóricos sobre el concepto de plasticidad del trabajo. Tales contribuciones se basan en el análisis de las relaciones de trabajo que se establecen en el contexto actual de la reestructuración productiva del capital y en los imperativos que definen la reproducción de las vidas de los trabajadores en los pequeños municipios. La metodología escogida se ancla en el método dialéctico de base materialista y tuvo como recursos metodológicos entrevistas interestructuradas, cuestionarios, investigaciones documentales y observaciones de campo. Los pequeños municipios reflejan las transformaciones en el mundo del trabajo en el actual período de reestructuración productiva marcada por la desregulación del trabajo frente a la crisis estructural de la capital. La plasticidad del trabajo se revela en el proceso degradante de hacer disponible a los sujetos en constante reajuste en el mercado de trabajo para satisfacer la demanda del capital.

Palabras Clave: Movilidad, Reestructuración, Plasticidad, Trabajo, Pequeños Municipios.

INTRODUÇÃO

O contexto de reestruturação produtiva, que decorre da crise estrutural do capital, se intensificou no Brasil após a década de 1980 e se espalhou por todo o território. Essa nova forma de organização do modo de produção que é reflexo da crise estrutural do capital subjugou a força de trabalho, torna-o flexível e precário. O trabalhador, nesse contexto, é impelido a adquirir a capacidade de adaptar-se, de moldar-se às necessidades do mercado.

Grande parte da classe trabalhadora frente a essas transformações e impelida pelos condicionantes do mercado do trabalho encontra nos deslocamentos a única alternativa para conseguir garantir a sua subsistência. Compreende-se, com base na leitura marxista pautada na análise da contradição capital X trabalho, que esse movimento se configura enquanto mobilidade do trabalho e a sua análise deve se fundamentar nas condições históricas impostas pelo capital para que ocorra o deslocamento de trabalhadores pelo território.

O cotidiano dos sujeitos envolvidos nesse processo é totalmente modificado diante das suas “idas e vindas”, seus espaços de realização da vida são transformados e o próprio sujeito é transformado. Muitos deixam suas famílias, moradias e suas histórias de vida, para trás em busca de trabalho.

Nesse contexto, o trabalho se caracteriza por um intenso processo de adaptabilidade pois, os sujeitos às vezes desempenham atividades no setor primário, em outros momentos como operários nas indústrias ou ainda como prestadores de serviços. Para tanto, a decisão do tipo de trabalho que vão desempenhar não está em suas mãos, mas na determinação da demanda do mercado.

Essa habilidade é definida por Thomaz Junior (2006) como plasticidade do trabalho, que é marcada por uma diversificação nas atividades laborativas realizadas pelo indivíduo que busca a todo custo se inserir nesse mercado, e torna a sua força de trabalho produtiva para o capital.

A mobilidade do trabalho atrelada ao espraiamento dos sujeitos por todo o território em busca de espaços que lhe apresentem a demanda do capital por força de trabalho, se revela como processo importante nessa plasticidade. Há uma intensificação da precarização do trabalho enquanto um fator preponderante nessa “nova forma do trabalho se organizar”, e revela-se de maneira diferente, seja pelas condições dos ambientes de trabalho, seja pelo esgarçamento das condições objetivas de vida dos trabalhadores através dos baixos salários pagos.

Assim, as transformações do período de acumulação flexível se revelam com clareza também na organização do trabalho, uma vez que o deslocamento dos trabalhadores, outrora ligado a uma grande oferta do mercado de trabalho nos setores industriais, hoje, tem um número maior de sujeitos alocados nos trabalhos temporários, característica essa inerente à flexibilização dos mercados e ao caráter da mobilidade e da plasticidade do trabalho no contexto da urbanização contemporânea, que expressa e adequa-se às condições que a reestruturação produtiva tem imposto para os trabalhadores.

Embora a plasticidade do trabalho ainda seja pouco discutida na sua dimensão conceitual, ao debruçar sobre as análises que têm tentado dar suporte à sua definição, é possível enxergar que a realidade da plasticidade do trabalho se conforma como uma das expressões da reconfiguração do trabalho diante das agudas transformações no modo de produção capitalista num período que se vive a flexibilização das relações e, sobremaneira, da precarização nas relações de trabalho.

Desvelar o caráter da plasticidade requer ao mesmo tempo, aprofundar o debate teórico sobre a condição ontológica do trabalho, entender, dimensionar esse fenômeno tal qual se expressa na realidade concreta da classe trabalhadora. Assim como Thomaz Junior (2006), entende-se que para compreender a plasticidade do trabalho, primeiramente, é preciso entender a essência dessa dinâmica e as manifestações específicas da classe trabalhadora.

Portanto, esse artigo tem como objetivo apresentar contribuições teóricas a respeito do conceito de plasticidade do trabalho através das análises sobre as relações de trabalho que se estabelecem no contexto atual de reestruturação produtiva do capital e, tendo como base

os imperativos que definem a reprodução da vida dos trabalhadores nos pequenos municípios, especificamente no município baiano de Belo Campo.

A metodologia utilizada para o estudo que se apresenta está ancorada no método dialético de base materialista. Foram utilizados recursos metodológicos como entrevistas semiestruturadas, questionários, pesquisa documental e observações de campo, as quais considera-se de fundamental para atingir os objetivos propostos, na medida em que por meio desses instrumentos se obteve acesso às informações tão caras a este estudo. Salienta-se que nas análises realizadas no decorrer do texto, a identidade dos entrevistados foi preservada. Para tanto, afim de caracterizar cada sujeito, atribuíram-se nomes fictícios a cada um, e³.

OS RUMOS DO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS

O trabalho, enquanto realização do ser, nada mais é que a capacidade do ser humano de transformação, de (re)criação em função dos meios que a natureza lhe disponibiliza. Marx (2013) considera que por meio do trabalho, o ser humano transforma a natureza, constrói coisas, modifica espaços, relações, situações e pessoas. Ao se envolver nesse processo, o ser humano transforma a si mesmo e o ambiente onde está inserido. Assim, para o autor, os elementos que constituem o trabalho enquanto categoria são: possuir a dimensão teleológica, ou seja, a capacidade do ser social de estabelecer finalidades e criar possibilidades de materialização dessas projeções; modificar o meio natural e social; e, associar capacidade física e intelectual, mesmo na produção capitalista.

O trabalho enquanto processo adquire sua forma mais precisa em três momentos: a atividade orientada para determinado fim, os objetos de trabalho e os meios de realização do trabalho. No processo de trabalho estão incluídas as condições objetivas para a sua realização e sem tais condições o trabalho não pode se realizar, ou torna-se incompleto. “No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início” (MARX, 2013, p.330). Portanto, a objetivação do trabalho é o produto, como resultado da pré-ideação do homem e da sua ação concreta sobre os objetos de trabalho.

Marx chama atenção ainda para o fato de que “[...] os produtos não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (MARX, 2013, p.331). É a

³ Os dados apresentados são oriundos de pesquisa realizada pela autora para a dissertação de mestrado na qual o perfil de cada entrevistado pode ser consultado. Ver: Moreira (2018).

preexistência de determinados produtos já transformados pelo homem que condiciona a produção de outros, ou seja, são essenciais para a efetivação do trabalho enquanto processo. O contato com o trabalho vivo, força de trabalho e única mercadoria capaz de criar valor, é a maneira exclusiva de mantê-los como valores.

Moraes e Costa (1987), também dentro de uma leitura marxista, pontuam o trabalho enquanto elemento de intercâmbio material entre o homem e a natureza. Esse intercâmbio pode ser observado nos diversos contextos históricos: nas sociedades primitivas, nas quais o trabalho estava ligado à retirada da natureza do necessário à subsistência humana, momento que o espaço se configurava enquanto riqueza natural e o homem ainda não havia se apropriado da natureza; a partir da fixação do homem perante às mudanças nas relações de trabalho e, principalmente, na organização social quando houve o aprimoramento nas técnicas de produzir, o que levou a diversificação das atividades produtivas que durou por muitos séculos com pouca produção de excedentes, até o momento que o aumento da produtividade e a expansão do comércio passaram a direcionar a produção.

O momento de transformação e de maior complexidade do intercâmbio material ocorreu a partir do aumento da produtividade e da expansão do comércio. Por conseguinte, o período mercantilista, assinalado pelo estabelecimento da primeira grande divisão do trabalho entre cidade e campo e as especialidades para a produção de mercadorias, foi marcado pelas transformações latentes na relação homem-natureza que foi profundamente distinta pela separação e transformação da natureza em segunda natureza transformada e subjugada aos mandos do capital. Começou-se então a produzir de acordo com a lógica da submissão do valor de uso em relação ao valor de troca e foram instituídas as mercadorias que aparecem no modo de produção capitalista como unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca (MORAES; COSTA, 1987).

Essa contradição baseia-se basicamente no fato de que a qualidade, o uso de cada mercadoria será determinante para que ela tenha um valor de troca e justifique a sua circulação. Portanto, enquanto para o capitalista determinada mercadoria possui valor de troca, para aqueles que a adquire, ela precisa ter um valor de uso.

Marx (2013) afirma que o capitalista almeja produzir um valor de uso que tenha valor de troca, ou seja, uma mercadoria que possa ser vendida. Dessa forma, o processo de produção é um processo de formação de valor no qual o capitalista pretende obter além do valor de uso uma mercadoria que seja capaz de gerar mais valor. A força de trabalho é vendida como mercadoria e o seu excedente é apropriado pelo capitalista. O valor a ser pago por essa

mercadoria vai corresponder ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que garantem a subsistência do trabalhador e o valor excedente do seu trabalho será apropriado pelo capitalista sob a forma de mais valor.

A produção de bens, de acordo com Netto (2006), é possível com o processo de trabalho que envolve as forças produtivas constituídas pelos meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho. Dessas, entretanto, a força de trabalho é o elemento mais importante das forças produtivas, pois é o que viabiliza a existência dos meios e instrumentos de trabalho. As forças produtivas não operam sozinhas, mas estão relacionadas às relações de sociais de produção. O modo de produção, portanto, é resultado da articulação entre as forças produtivas e as relações de produção.

De acordo com Bottomore (1970), “O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho” (p.255). Assim, o desenvolvimento da maquinaria e modificações do processo do trabalho são compreendidos como fenômenos históricos dentro do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas. Esses dois elementos: relações de produção e forças produtivas constituem, assim, o modo de produção. No capitalismo, as forças produtivas se desenvolvem com base na exploração das forças de trabalho por meio do assalariamento da classe trabalhadora, da manutenção da propriedade privada e dos meios de produção sob o comando da burguesia. A detenção dos meios de produção pelos capitalistas faz com que a classe trabalhadora necessite vender sua força de trabalho como mercadoria que, enquanto valor de uso, é capaz de criar outras mercadorias para circular no mercado.

No modo de produção capitalista, o trabalho nada mais significa do que o meio pelo qual o sistema encontra de produzir o lucro traduzido na forma de riquezas e mercadorias. Para tanto, a expropriação do ser passa pelo desprendimento do trabalhador do seu autoconhecimento e o leva ao processo alienante de mero “produtor de coisas”. Para isso, o próprio trabalho se torna uma mercadoria que pode ser vendida no mercado – a força de trabalho - e o modo de produção capitalista fundamenta-se na exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores (MOREIRA; SANTOS, 2016).

Marx (2013) exemplifica que o trabalhador na jornada diária de trabalho além de produzir as condições de sua existência, o trabalho necessário, produz também o resultado do trabalho excedente, o mais valor. O mais valor no capitalismo é extraído do trabalhador por meio da exploração de sua força de trabalho, pois metade da sua jornada de trabalho está inclusa no salário que recebe, mas a outra metade pertence ao capitalista.

Com base nas proposições acima elencadas pode-se afirmar, portanto, que o trabalho é condição essencial para a reprodução do homem na sua dimensão ontológica. No entanto, o capital sujeita o ser humano à alienação, que é a não capacidade do trabalhador de se enxergar como parte do processo na produção, pois o trabalho que realiza é individual, fragmentado e não mais relacionado à reprodução enquanto ser humano, mas tem como propósito a garantia da produção da mercadoria. A relação de produção capitalista é baseada na separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, os meios de produção. Ao mesmo passo que torna o trabalhador “livre” (despossuído dos meios de produção) para vender sua força de trabalho.

Assim, o trabalho, enquanto mediação das relações que se estabelecem entre o homem e a natureza, ou seja, enquanto componente essencial na produção espaço, com o advento das relações capitalistas foi e é transformado ao mesmo tempo que transforma o espaço e a sociedade. Entretanto, pode-se afirmar que o trabalho na atual fase de crise estrutural e reestruturação do capital se encontra subjugado por tal sistema negando sua condição ontológica ao subsumir às demandas do mercado capitalista.

MOBILIDADE E PLASTICIDADE DO TRABALHO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS: O MUNICÍPIO DE BELO CAMPO/BA NO CONTEXTO

A mobilidade do trabalho surge enquanto resultado da expropriação e transformação da força de trabalho em mercadoria. A partir do momento que o trabalhador é expropriado de sua terra, seus instrumentos de trabalho e do conhecimento sobre o processo de produção, esse trabalhador se torna despossuído dos meios de produção. Portanto, a sua condição de “trabalhador livre” o obriga a vender a única mercadoria que dispõe, a sua força de trabalho.

Gaudemar (1977) considera que “A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (p. 192). Essa mobilidade possui uma relação inseparável com a acumulação do capital, pois o sujeito ao migrar muda a sua posição no contexto da divisão do trabalho. Para o autor, a mobilidade da força de trabalho é condição essencial para o exercício da sua liberdade.

A mobilidade do trabalho é marcada pelo intenso deslocamento de trabalhadores por todo o território, num movimento que se configura como um incessante ir e vir em busca de trabalho, de “oportunidades” e garantia de sobrevivência dos sujeitos. Mostra-se na luta

diária dos trabalhadores na busca por um espaço com condições mínimas de reprodução da vida e se revela como uma das expressões da plasticidade do trabalho. Assim, concorda-se com Perpétua (2013) quando o autor afirma que “compreender a plasticidade seja também compreender a mobilidade da força de trabalho” (p. 111), pois o movimento da mobilidade do trabalho se manifesta na plasticidade do trabalho.

A estratégia do sistema capitalista, em sua gênese de expropriar os trabalhadores dos seus meios de produção e transformar a força do trabalho em mercadoria, trabalho livre no mercado para venda, é condição para que haja uma mobilidade constante de trabalhadores pelo território. Conforme aponta Perpétua (2013), a mobilidade é ao mesmo tempo causa e consequência da dinâmica da acumulação ampliada do capital. Ao mesmo tempo em que o sociometabolismo do capital impulsiona a mobilidade dos trabalhadores e do capital, também, necessita dessa mobilidade para se reproduzir enquanto hegemonia.

O projeto desenvolvimentista no qual o Estado brasileiro se pautou a partir de meados do século XX para planejar ações no país com base na cidade industrial, um Brasil urbano com sua produção voltada para o mercado externo e a modernização do campo, reflete desde então na intensa mobilidade territorial de trabalhadores. Atualmente, essa mobilidade dentro do contexto de reestruturação produtiva do capital assume novas nuances. Permanecem velhas estruturas e aparecem novas formas encontradas pelo capital para subjugar a classe trabalhadora.

Na área rural de Belo Campo é evidente o aprofundamento das condições históricas que mantêm a reprodução capitalista e que conduzem ao aumento da intensidade de deslocamentos nas comunidades. Isso ocorre pela via do cerceamento das condições de reprodução da vida do campesinato, pois, uma vez que esses trabalhadores não conseguem se reproduzir através do trabalho com a terra, os deslocamentos pelo território se configuram como a única alternativa.

O município de Belo Campo está localizado geograficamente no sudeste da Bahia e a sudoeste da cidade de Salvador, a capital do Estado. A atividade principal das famílias que vivem na área rural do município é a agricultura de subsistência. Entretanto, as propriedades são pequenas, possuem, em média, menos de meio módulo fiscal. Algumas possuem a posse da terra, entretanto, há uma parcela significativa que trabalha em terra de herança e/ou emprestada.

As mudanças e inovações tecnológicas advindas do planejamento estatal de meados do século passado, que tiveram como base o modelo urbano industrial, conforme analisa

Lisboa (2007), não subsidiaram os camponeses do semiárido, pelo contrário, intensificou a mobilidade do trabalho e reduziu a produção de alimentos. Os moradores das comunidades rurais de Belo Campo relatam que, com o decorrer dos anos, houve algumas melhoras para as famílias. Entretanto, essas transformações que trouxeram acesso a alguns serviços básicos não foram suficientes para garantir a condição de reprodução da vida desses camponeses.

As famílias atualmente enfrentam dificuldades para manter a produção agrícola durante todo o ano, devido à pouca existência de ações adequadas à região do semiárido baiano, a qual o município de Belo Campo faz parte. Para complementar a renda familiar, normalmente, os trabalhadores fazem diárias na própria comunidade como ajudantes de pedreiro e/ou no roçado dos vizinhos, pois o que retiram anualmente do trabalho com a terra não é o suficiente para suprir as necessidades da família.

A renda, ou melhor, a não existência de renda para os trabalhadores de Belo Campo é fator indispensável para que esses se desloquem pelo território para vender sua força de trabalho. Muitos trabalhadores têm como principal fonte de renda familiar a aposentadoria rural e recursos do bolsa família. A dinâmica do mercado de trabalho é determinante para que haja tais deslocamentos, pois o trabalhador vai em busca de espaços nos quais consiga vender seu trabalho por um preço maior daquele que consegue no seu município.

Nas áreas urbanas de pequenos municípios, como Belo Campo, também são reveladas as faces da reestruturação produtiva do capital. A maioria das ocupações são marcadas pela intensa precarização do trabalho. Homens e mulheres que não conseguem trabalho se tornam autônomos. Aqueles trabalhadores que estão empregados em casa de família ou no comércio local, na maioria dos casos, não têm garantia dos direitos trabalhistas.

Os trabalhadores tanto na área urbana quanto na área rural saem para trabalhar em outros locais devido à necessidade em conseguir manter a família com o trabalho, pois o ganho que conseguem no município não é suficiente. Essa realidade recrudescer significativamente para aqueles que residem na cidade e que se deparam com a “falta de trabalho”, pois a cidade de Belo Campo não tem postos suficientes para atender a demanda da oferta de força de trabalho disponível, uma vez que a sua principal fonte empregadora é a Prefeitura e o setor de comércio e serviços não absorve a força de trabalho restante, além de praticarem salários muito baixos.

Os espaços rurais e urbanos do município de Belo Campo são caracterizados por uma intensa mobilidade do trabalho, que se realiza com base nos condicionantes sociais e econômicos impostos pelo capital na sua fase de reestruturação e aos quais a classe

trabalhadora do campo e da cidade estão subjugados. Muitos dos trabalhadores começaram a se deslocar para fora do município ainda muito cedo e suas vidas são marcadas por essa dinâmica constante de deslocamentos em busca de trabalho para manter as condições mínimas de sobrevivência. A necessidade criada pela dinâmica do mercado faz com que os sujeitos extrapolem os limites territoriais do seu município e/ou do estado.

Em entrevista, o trabalhador André relatou o seguinte:

Quando tinha 12 anos comecei a ir para o café para trabalhar e ajudar meu pai a criar meus irmãos mais novos e vou até hoje com 49 anos. Todo ano na época da colheita eu vou. Às vezes vou pra Barra do Choça e até mesmo pra outros estados. Semana que vem vou pro Espírito Santo. Antes ia pra ajudar meu pai a criar meus irmãos, hoje vou para manter meus filhos (grifo nosso)⁴.

Há uma reprodução constante que atravessa gerações, ao longo dos anos, da condição de força de trabalho mobilizada. Essa condição é essencial para que se amplie a acumulação capitalista e para a sua manutenção, pois reduz os custos da força de trabalho e a mantém controlada.

Muitos trabalhadores não conseguem contar quantas vezes ao longo de suas vidas precisaram sair para trabalhar em outros municípios. Ambos de comunidades rurais, o trabalhador André⁵ afirmou ainda que consegue contar no mínimo 37 idas e vindas para as roças de café. Enquanto o Jovem Luiz⁶ relatou que aos vinte anos de idade já havia ido para São Paulo 10 vezes. Os deslocamentos para a colheita do café ocorrem sazonalmente, enquanto os trabalhadores que vão para o estado de São Paulo se deslocam em qualquer época do ano.

A mobilidade é, portanto, resultado da expropriação de trabalhadores para assim transformá-los em mercadoria e essa expropriação é condição para a permanência do capitalismo, conforme propõe Alves (2007). Essa realidade pode ser vista claramente no recorte empírico apresentado. Na área rural de Belo Campo, as propriedades são pequenas, normalmente, os pais que possuem um pedaço de terra a divide com os seus filhos que constituíram família e o espaço não é suficiente para que a família toda trabalhe.

Os jovens não possuem terra para trabalhar, quando têm a terra falta a água, pois a região enfrenta longos períodos de estiagem durante o ano. Ademais, as famílias não têm

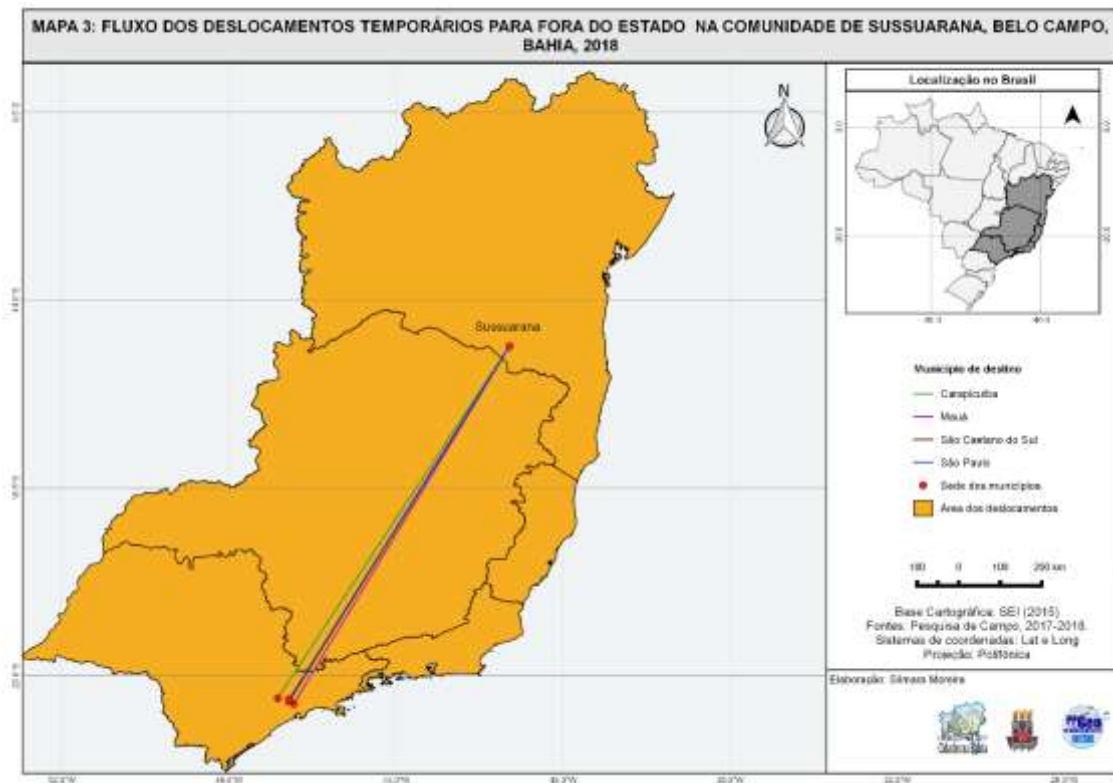
⁴ André. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

⁵ André. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

⁶ Luiz. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

recursos suficientes para investirem em suas produções e os jovens não têm como dar prosseguimento nos seus estudos fora da comunidade. No modo como é produzido, pautado em investimentos prioritários para os grandes latifundiários e a existência de poucas políticas públicas que beneficiem os camponeses, o campo não oferece perspectiva para esses jovens, nem condições de reprodução das suas condições de vida. Logo, deslocar-se é a única alternativa para se reproduzir enquanto ser, de garantir sua sobrevivência.

Embora os trabalhadores de Belo Campo tenham estabelecido no decorrer dos últimos anos relações de trabalho com outros municípios, ainda têm o estado de São Paulo como principal destino de trabalho (Mapas 1, 2 e 3). Pode-se dizer que ainda permanece a lógica do capital tratada por Alves (2007), na qual a superpopulação relativa possibilita aos capitalistas o consumo da mercadoria força de trabalho por um valor baixo. Esse fato está relacionado com o histórico de mobilidade das famílias do município, pois ao chegar em São Paulo o trabalhador conta com apoio de familiares para conseguir um trabalho e moradia, mas ocorre, também, porque ainda é muito forte a ideia da cidade (nesse caso, a cidade



Esse movimento se constitui de ações do capital dentro do rearranjo das forças produtivas para garantir força de trabalho disponível no mercado. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores dos pequenos municípios são expulsos para as grandes cidades, também constata-se o movimento no sentido inverso, ou seja, trabalhadores que não conseguem se manter fora do seu município se tornam “mercadores ambulantes” a oferecer a única mercadoria que possuem num movimento contínuo de idas e vindas que atravessa anos.

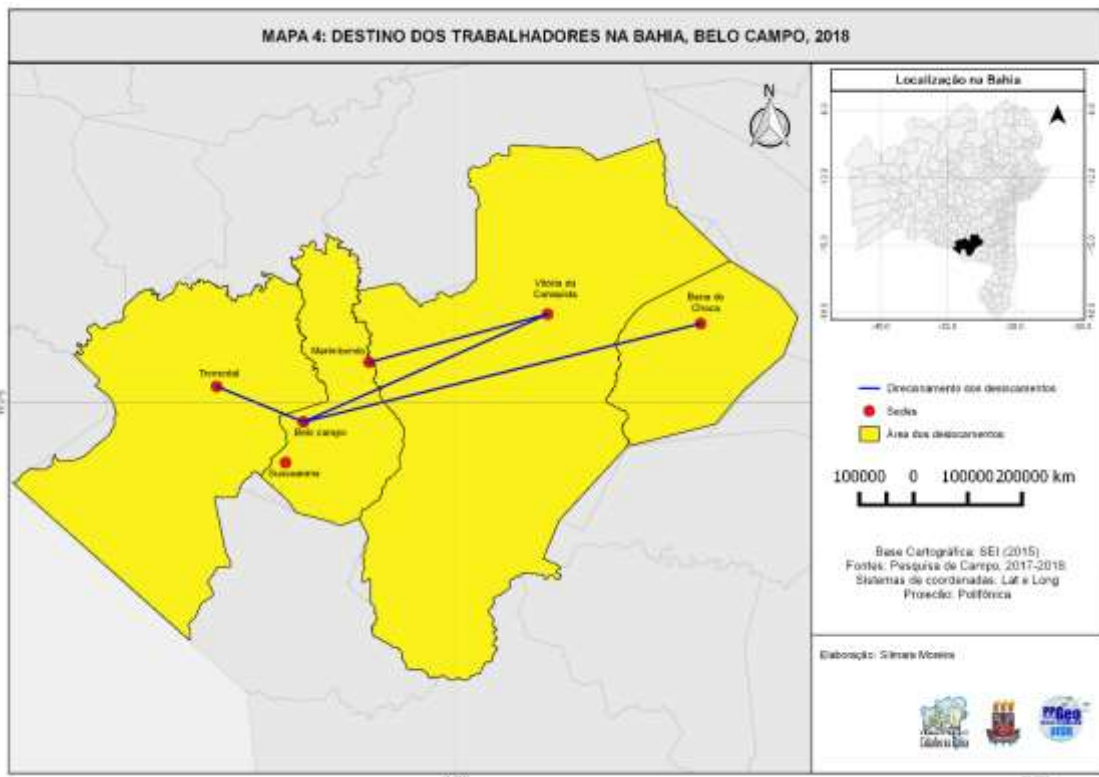
Mesmo que Belo Campo esteja próximo de Vitória da Conquista, uma cidade média, e que a mobilidade para esse destino seja observada diariamente em caráter pendular e até mesmo para fixar moradia, o estado de São Paulo ainda é o destino que oferece maior “atrativo” para os trabalhadores devido à oferta de trabalho.

A mobilidade de trabalhadores de Belo Campo dentro do estado da Bahia é mais forte no próprio Território Sudoeste Baiano. Os deslocamentos ocorrem, principalmente, para a área rural dos municípios de Barra do Choça e Vitória da Conquista para trabalhar nas fazendas no período que compreende os meses de maio a agosto, quando há a colheita do café, e para a área urbana de Vitória da Conquista durante todo o ano, onde os trabalhadores se ocupam no comércio, nos setores de prestação de serviços e na construção civil.

O componente de gênero aparece muito forte na área rural de Belo Campo, nas comunidades em análise, no que concerne aos deslocamentos, pois há predominância na

saída de trabalhadores do sexo masculino para trabalhar fora do município, enquanto na área urbana é comum, também, a saída de mulheres. Esse fato demonstra claramente a divisão do trabalho na perspectiva de gênero demarcada no campo. Nas comunidades rurais, normalmente, os homens saem para trabalhar temporariamente fora do município, enquanto as mulheres ficam para tomar conta da família e da propriedade. Já na área urbana de Belo Campo é mais comum a saída, também, de mulheres para trabalhar como empregada doméstica, com a prestação de serviços, ou no comércio.

Os deslocamentos possuem características específicas, de acordo com as atividades. Por um lado, aqueles trabalhadores que se ocupam de atividades na construção civil, como empregada doméstica e na prestação de outros serviços ou no comércio, se deslocam tanto dentro do Território para a cidade de Vitória da Conquista, como para municípios no estado de São Paulo e, por outro lado, os trabalhadores que se deslocam para trabalhar em atividades agrícolas, mormente, vão para a mesma região todos os anos dentro do próprio Território (Mapas 1, 2, 3 e 4).



Outro aspecto que deve ser ressaltado é que a maioria dos trabalhadores se desloca para o estado de São Paulo e há o espraiamento dos sujeitos dentro desse estado, pois esses trabalhadores não vendem a sua força de trabalho em um único município apenas. Muitas

trajetórias, em São Paulo, são marcadas pela permanência de períodos curtos em cada município, como pode ser observado no quadro 1, que mostra a trajetória do trabalhador Carlos⁷ entre os anos de 2012 e 2014 quando trabalhou em cinco cidades diferentes do estado de São Paulo, por períodos que variavam de 3 a 6 meses.

Quadro 1: Trajetória do camponês Carlos entre 2012 e 2014, Belo Campo/BA.		
Ano de saída	Destino	Tempo de permanência
2012	São Paulo/SP	4 meses
2013	Jundiaí/SP	6 meses
2013	São Paulo/SP	3 meses
2014	Franca/SP	5 meses
2014	Suzano/SP	3 meses

Fonte: Pesquisa de campo
Elaboração: Silmara Moreira

Esses deslocamentos revelam a demanda apresentada pelo mercado por trabalhadores versáteis que ocupem postos de trabalho temporários e parciais. De acordo com relatos dos trabalhadores entrevistados, os postos de trabalho que encontram, principalmente, na construção civil são provisórios, duram entre três e seis meses. Quando acaba a construção, esse trabalhador logo precisa ir em busca de outro serviço.

No quadro 2 é possível analisar o movimento de outro trabalhador entre 2012 e 2016 que, inicialmente, começou sua trajetória para o município de Vitória da Conquista e, posteriormente foi para a Região Sudeste. Nesse caso, o período de permanência é diferente, mas mesmo ao se deslocar para o município de Vitória da Conquista, não permanece por longo período no trabalho.

Quadro 2: Trajetória do Jovem Pedro⁸ entre 2012 e 2016, Belo Campo/BA.		
Ano de saída	Destino	Tempo de permanência
2012	Vitória da Conquista	12 meses
2014	Vitória da Conquista	12 meses
2015	Vitória da Conquista	12 meses

⁷ Carlos. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

⁸ Pedro. Entrevista realizada em 08 de junho de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira.

2016	Barueri/SP	18 meses
------	------------	----------

Fonte: Pesquisa de campo
Elaboração: Silmara Moreira

Como afirmam Sene (2005) e Antunes (2005), há uma transformação latente no mundo do trabalho no início do século XXI. A mobilidade do trabalho acontece, portanto, no enlace com novas formas de assalariamento. Os deslocamentos se adequam também à flexibilidade dos mercados e reconfiguram, rearranjam o movimento de trabalhadores no território.

O camponês Manoel⁹ de 20 anos, também relatou que desde os 13 anos de idade saía para trabalhar fora de sua comunidade. Já trabalhou tanto na construção civil quanto em fazendas, nos estados de São Paulo e Piauí, além de municípios próximo de Belo Campo como Itapetinga e Vitória da Conquista.

Há uma mobilidade não só de trabalhadores, mas também de capital que espraia pelo território. Nas regiões de maior concentração de capital, no caso do Brasil, a Região Sudeste, é muito mais latente a captura do trabalho precário, temporário, terceirizado, o *part-time*. Contudo, as metamorfoses do mundo do trabalho não se prendem e, assim como o capital se difundem pelo território e adentram os espaços tanto urbanos quanto rurais.

No ir e vir de suas comunidades sejam elas rurais ou urbanas para outros municípios, os trabalhadores relataram enfrentar diversas dificuldades, tomam chuva, sereno, dormem mal, comem mal. A vida longe da comunidade é muito difícil, pois precisam deixar a família e, para aqueles que moram na área rural, muitos têm que deixar sua propriedade sem ninguém para cuidar e, às vezes, precisam vender as criações para comprar novamente quando retornarem.

Assim, a mobilidade da força de trabalho no contexto da reestruturação produtiva está entrelaçada a um conjunto de outros processos que engloba elementos do trabalho precário, temporário, flexível. Nesse contexto, a desregulamentação das leis trabalhistas em pleno vigor endossa essas transformações e os trabalhadores, desarticulados, sofrem o desmonte da sua organização enquanto classe.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RELAÇÕES DE TRABALHO EM BELO CAMPO/BA

⁹ Manoel. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

A reestruturação produtiva do capital é uma estratégia adotada pelo capitalismo perante a sua crise estrutural para aumentar ao grau máximo a extração do mais valor da exploração do trabalho. Esse aumento se tornou possível através da diversificação das atividades desempenhadas pela classe trabalhadora, ou seja, cada trabalhador passou a desempenhar múltiplas atividades no chão da fábrica e, posteriormente, essa realidade se difundiu para os demais espaços de trabalho, bem como das relações estabelecidas na sociedade.

Como afirma Harvey (2013), o trabalho regular começou a perder espaço para o trabalho em tempo parcial e subcontratado. Os postos de trabalho já não oferecem estabilidade, pelo contrário, o mercado se tornou flexível e cresce gradualmente a demanda de trabalhadores também flexíveis que sejam capazes de ofertar sua mercadoria força de trabalho em espaços diferentes e de executar diversas funções.

Alves e Antunes (2004) argumentam que a partir de 1970 começaram a haver transformações que acarretaram na diminuição do proletariado fabril, tal qual se apresentava a classe trabalhadora do período fordista/taylorista, que cedeu lugar as maneiras desregulamentadas do trabalho. Concomitantemente a esse movimento, houve aumento de um novo proletariado fabril e de serviço. “São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (p. 337).

Tais mudanças, elencadas por Alves e Antunes (2004), se devem à desestruturação do *Welfare State*¹⁰ e do crescimento do desemprego estrutural nos países centrais na economia mundo e teve rebatimentos em países como o Brasil, que diante da sua desindustrialização começou a expandir outras formas de trabalho. De acordo com os autores supracitados, a classe trabalhadora hoje em sua complexidade é composta por uma miríade de sujeitos que integram o proletariado precarizado, moderno, fabril, de serviços, mas, também aqueles trabalhadores que estão inseridos no *part-time*, caracterizado pelo vínculo de trabalho temporário e que se expande juntamente com a terceirização.

Sene (2005) caracteriza a precariedade do mundo do trabalho no início do século XXI em função do aumento da taxa de trabalhadores temporários no mercado, pois, ao mesmo tempo em que se constata o crescimento no volume de contratações, aumenta-se o número de desempregados. Para o autor, neste início de século, está em curso a crise do trabalho abstrato, marcada pelo desemprego estrutural. Essa crise, portanto, não é de eliminação do trabalho, mas de transformação das formas de assalariamento diante das

¹⁰ Estado do bem-estar social.

condições impostas pelo mercado. Dessa maneira, a força de trabalho está disponível de diversas formas enquanto mercadoria, por tempo determinado, terceirizada e acima de tudo, precarizada. O início do século XXI apresenta, portanto, novas formas de conflito entre capital e trabalho.

As transformações no mundo do trabalho e no modo de acumulação do capital perante a sua crise estrutural levam o trabalhador cada vez mais se afastar do trabalho na sua dimensão concreta. Há a busca incessante pelo trabalho e ao mesmo tempo um afastamento da sua essência enquanto reprodução da vida.

Viana (1997), ao falar do trabalho temporário do final do século XX inserido num projeto de lei que tramitava nas instancias do poder Legislativo do Brasil desde 1995 na forma possível da lei de terceirização¹¹, argumenta que essa proposta não é apenas uma forma de modernizar as relações de trabalho, mas de tornar as leis trabalhistas, assim como o mercado, flexíveis. O autor tece uma crítica à terceirização ao dizer que a mesma leva à intensa precarização das relações de trabalho e favorece somente à classe dominante, enquanto os trabalhadores tendem a sofrer o descarte do seu trabalho e as graves consequências, tais como a redução dos postos de trabalho, a degradação das condições de trabalho, a redução salarial e o desmonte da organização da classe trabalhadora em sindicatos, que faz cair por terra as lutas coletivas e as lutas de classe.

Entretanto, a lei da terceirização no Brasil, após mais de duas décadas tramitando no poder legislativo, foi aprovada em 2017¹². *Pari passu* com a terceirização foi aprovada, também, a Reforma Trabalhista¹³, que alterou artigos da Consolidação das leis Trabalhistas (CLT). Com a aprovação dessas leis há a regulamentação pelo Estado das condições de trabalho temporários, *part-time*, já observados no contexto mundial. É a vitória da classe dominante, representada por empresários à frente do Estado brasileiro que tornaram legais processos de precarização do trabalho.

Antunes¹⁴, ao conceder entrevista sobre a Lei da Terceirização no Brasil, afirma que a precarização que no final do século passado era uma exceção, hoje se tornou uma regra. O autor completa ao fazer alusão ao regime de escravidão:

Por que eu faço uma alusão à escravidão? Na escravidão o trabalhador era vendido. Na terceirização ele é alugado. É uma locação de força de

¹¹ Lei 13.429, de 31 de março de 2017.

¹³ Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.

¹⁴ Entrevista concedida por Ricardo Antunes a Dimalice Nunes para a revista Carta Capital (NUNES, 2017).

trabalho [...]. É evidente que não estamos voltando ao trabalho escravo de 1500, estamos falando de uma escravidão inclusive digital, do trabalho terceirizado, precarizado, informal, do trabalho sem direitos, de uma dependência do sistema perverso de metas, que tem levado a suicídios e adoecimentos do trabalho (ANTUNES, 2017).

A realidade da classe trabalhadora no contexto atual é de profundo esgarçamento. A vida dos sujeitos e sua subjetividade são capturadas e degradadas para o lucro das grandes corporações. São novas formas reinventadas pelo capital para explorar a força de trabalho e dela auferir riqueza.

Desse modo, há uma mudança também no caráter da mobilidade do trabalho no Brasil. Diferentemente do que ocorria até a década de 1980, quando havia um forte deslocamento de trabalhadores frente ao processo de urbanização e esses, normalmente, ao encontrarem trabalho permanente, acabavam por residir no destino de trabalho, hoje, há a prevalência do trabalho temporário e, portanto, de deslocamentos temporários.

Na medida em que se fortaleceram nos últimos trinta anos o *part-time*, o trabalho temporário, formas de relações de trabalho como a mobilidade e a plasticidade do trabalho são fortalecidas no contexto da reestruturação produtiva, aspectos que permitem compreender a realidade dos trabalhadores de Belo Campo.

Nesse interim, os trabalhadores se adequam às mais diversas relações de trabalho em atividades cada vez mais precarizadas. São diversas as formas de precarização encontradas, seja pela renda obtida, pela extensa carga horária de trabalho, a não garantia de direitos ou pelas condições de trabalho.

Em Belo Campo, os trabalhadores com vínculo celetista nos destinos de trabalho¹⁵ recebem um salário fixo. Entretanto, há trabalhadores que mesmo tendo a carteira assinada recebem por produção, pois o salário é composto por comissões de acordo com a função desempenhada. Esse é o caso, por exemplo, dos vendedores. Há também os que trabalham por diária ou aqueles que não têm nenhum vínculo e recebem apenas pela produção.

De acordo com os dados levantados¹⁶, a carga horária de trabalho desses sujeitos varia entre 40 e 60 horas semanais. Aqueles que são contratados com vínculo celetista, normalmente, recebem uma folga por semana, enquanto os que trabalham na construção civil ou na colheita do café não têm folga e trabalham de domingo a domingo, pois recebem por produção de acordo com o trabalho realizado.

As extensas e exaustivas jornadas de trabalho relatadas por trabalhadores de Belo

¹⁵ Trabalhadores com carteira assinada conforme legislação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

¹⁶ Dados levantados durante pesquisa de campo realizada de dezembro de 2017 a junho de 2018.

Campo que desempenham funções na construção civil, em fazendas de café, no comércio, ou na prestação de serviços apontam indicativos de elementos do trabalho escravo diante de expedientes desgastantes que colocam em risco a saúde dos trabalhadores.

Nos depoimentos dos camponeses fica clara a necessidade em sair e, ao mesmo tempo a vontade de permanecer em sua terra. O trabalhador se vê no dilema constante em que as condições objetivas de sua sobrevivência o obriga a se deslocar. Nessa condição, mede forças com o capital e se subjugua aos desmandos do sistema. Para Alves e Antunes (2004), é nesse passo de constante medição de forças com o capital que o trabalho delinea uma relação dialética entre a sua dimensão ontológica e a dimensão lucrativa¹⁷.

Ao descrever as condições de trabalho um dos entrevistados relata o seguinte:

Na colheita de café o esforço é da pessoa. Tem dias que acorda as quatro e as cinco já está na roça, porque ganha por produção. Às vezes chega as seis e trabalha até as 18hs. Enquanto dá pra enxergar dá pra trabalhar. Antigamente o alojamento era ruim, mas hoje melhorou muito por causa das leis trabalhistas. Hoje o chão tem piso, tem beliche, colchão, cozinha separada. Quando termina a temporada de colheita alguns recebem o seguro desemprego, mas outros não. Eu só já peguei o FGTS e o PIS.¹⁸

As condições de trabalho são marcadas pela negação de direitos expressas pela degradação das condições de reprodução da vida dos sujeitos. Os locais de moradia para os trabalhadores que ficam em alojamentos oferecidos pelo empregador, nem sempre são adequados. Ana¹⁹ relatou que quando começou a ir para as fazendas de café a moradia era muito precária, mas nos últimos anos após a intervenção do Ministério do Trabalho, houve melhorias significativas. Enquanto José, que trabalha na construção civil, disse o seguinte: “A moradia era na obra. Era perigoso e violento. Não tinha piso, não tinha cama, não tinha fogão nem colchão. O banheiro era muito ruim, não havia alimentação por parte do empregador. Eram condições sub-humanas”.²⁰

Viana (1997) ressalta que trabalhos pagos por produção ou comissão, deterioração das condições de trabalho, degradação das condições de higiene e segurança no trabalho integram o novo modelo econômico a qual o trabalho temporário faz parte e que “dentro o *material descartável* inclui-se o trabalho humano” (p. 162, grifo do autor). Essas condições

¹⁷ Alves e Antunes (2004), referem-se ao trabalho na sua condição ontológica ao tratar da mediação do homem com a natureza, do trabalho concreto. A dimensão lucrativa refere-se ao trabalho que produz objetos para serem disponibilizados no mercado na forma de mercadoria.

¹⁸ André. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

¹⁹ Ana. Entrevista realizada em 08 de junho de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira.

²⁰ José. Entrevista realizada em 08 de junho de 2018. Entrevistadora: Silmara Moreira.

deterioram a condição humana, retira do trabalhador a sua condição de existência.

Os trabalhadores camponeses ainda enfrentam problemas relacionados à posterior aposentadoria, pois, de acordo com a legislação vigente²¹, quando o camponês apresenta registros em carteira nos últimos 15 anos que antecedem a sua aposentadoria, esse perde o direito de aposentar-se. Esses trabalhadores são impelidos a se deslocar para trabalhar fora das suas terras porque delas não há como garantir o sustento, mas nem ao menos podem usufruir dos poucos direitos que lhes são assegurados enquanto trabalhador, porque, uma vez que utilizem do registro em carteira, perderão o “benefício” da aposentadoria futura como trabalhador rural. Dessa maneira, há contradições latentes expressas em legislações que tornam ainda mais precária a vida dos camponeses.

A reestruturação produtiva se utiliza sim de instrumentos como o trabalho infantil para garantir o pagamento de baixos salários a negação de direitos trabalhistas tornando as relações de trabalho cada vez mais precárias. Nas entrevistas, há relatos de trabalhadores jovens que tiveram sua primeira experiência de trabalho fora do município com idades entre 10 e 13 anos, seja na colheita do café ou na construção civil. Adolescentes impelidos pela necessidade de garantir a reprodução de suas vidas e da sua família foram levados para a construção civil ou para as roças de café para trabalhar.

Trabalhadores ainda em idade escolar precisam “optar” entre ir à escola ou se dedicar ao trabalho. Em entrevista, o jovem camponês Luiz relatou o seguinte:

Queria muito terminar o ensino médio, mas tive de deixar a escola pra ir trabalhar. A gente viaja pra trabalhar fora ai não dá né! E quando está aqui o cansaço da lida fala mais alto”. E continua: “Eu olho pra trás e me arrependo porque eu tive que parar de estudar. Eu sinto falta é disso. A gente olha pra trás e se arrepende né”! (grifo nosso).²²

Ademais, essa não é uma realidade única nas comunidades pesquisadas. Quando perguntado ao jovem se seus colegas também precisaram sair da escola para trabalhar, o mesmo respondeu: “Sai sim. Alguns saíram junto comigo. Tem até um que conseguiu voltar a estudar este ano, mas outros não. É muito difícil”.²³ A saída da escola para ir trabalhar fora é uma prática constante, principalmente, nas famílias com um número grande de filhos.

A reestruturação subjuga não só o trabalhador adulto, mas também adolescentes

²¹ Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971

²² Luiz. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

²³ Luiz. Entrevista realizada em 26 de dezembro de 2017. Entrevistadora: Silmara Moreira.

em idade escolar, pois para o capital não há distinção da condição dos sujeitos, mas a possibilidade da compra da força de trabalho capaz de gerar riqueza. Quando não consegue garantir sua atuação às claras, toda essa articulação do mercado flexível acontece de maneira mascarada. Esses adolescentes, quando vão trabalhar na construção civil ou em outras funções, são levados por parentes, conhecidos, para os quais a mobilidade já é uma realidade constante. Seu trabalho é permitido por meio da garantia do “sigilo”, pela necessidade dos trabalhadores ainda adolescentes em ajudar no sustento da família. É nesse momento de profunda transformação nas relações de trabalho e a sua desregulamentação que tais práticas se recrudescem.

Ademais, essa não é uma realidade única de Belo Campo. A realidade encontrada no município é expressão de um movimento muito mais amplo, mas que deve ser analisado na sua devida intensidade para demonstrar empiricamente os elementos que caracterizam o trabalho em seu contexto de flexibilidade e de ampla desregulamentação.

A precarização, entretanto, não se restringe à realidade enfrentada pelos trabalhadores fora do município, mas também dentro do próprio município, pois, de acordo com os relatos obtidos, muitos dos sujeitos que vivem atualmente na área urbana do município trabalham com extensas cargas horárias e os empregadores descumprem constantemente as leis trabalhistas. Já os trabalhadores do campo não conseguem viver da sua produção. Há dificuldade de trabalho, não há emprego nas comunidades e a produção da agricultura não é suficiente para a manutenção das famílias. Esse fato demonstra como o capital age territorialmente no campo e na cidade ao capturar os espaços de realização e de reprodução da vida dos trabalhadores, subjugando-os à sua necessidade independente dos espaços em que os sujeitos estão inseridos. Com a reestruturação produtiva as investidas do capital se tornaram mais agudas na vida dos trabalhadores.

Assim, as relações de trabalho em Belo Campo, reflexo da atual fase de acumulação do capital, são delineadas por ocupações temporárias tanto no próprio município, como naquelas ocupações desempenhadas fora do município. A precarização é uma realidade pujante desse trabalho temporário que subjugua os trabalhadores e os condiciona à necessidade do mercado.

PLASTICIDADE DO TRABALHO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

Com o conjunto de transformações no mundo do trabalho após a década de 1990,

o trabalho flexibilizado se fortaleceu e o fortalecimento do trabalho temporário abriu precedente para a existência de outras formas de trabalho. A mobilidade e a plasticidade se entrelaçam nesse emaranhado de processos cada vez mais complexos. Para Thomaz Junior (2011), há a necessidade em compreender as expressões da plasticidade do trabalho e como ela se expressa no conteúdo da vida social e nas especificidades que se revelam na classe trabalhadora. Dessa maneira, é preciso aprofundar a leitura deste processo através do espaço concreto de vida dos trabalhadores.

A reprodução da vida dos trabalhadores nos pequenos municípios é marcada pela mobilidade do trabalho em que os sujeitos precisam sair para conseguir uma ocupação na qual possam se manter e essa realidade os leva a viver nesse movimento constante. Assim, a plasticidade, enquanto resultado das mudanças na forma de organização do trabalho frente à reestruturação produtiva, está intrinsecamente ligada à mobilidade. Ao se revelar, demonstra as faces da precariedade nas condições de vida dos trabalhadores, bem como as relações de trabalho que se estabelecem. Os sujeitos inseridos na mobilidade/plasticidade do trabalho têm como condicionantes a negação da reprodução da vida que os impele a se colocarem nesse movimento constante.

Fazer a leitura da realidade desses sujeitos requer um olhar aguçado para compreender as especificidades de um processo dentro do sistema de exploração que se reproduz continuamente. A plasticidade se revela nesse movimento. Esses sujeitos e os espaços de realização de suas vidas são ao mesmo tempo condição e resultado da relação intrínseca entre mobilidade/plasticidade do trabalho.

Ao deslocarem para trabalhar em outros municípios os sujeitos permanecem por um curto período nos postos de trabalho, caracterizando aquilo que segundo Alves e Antunes (2004) configura a nova estrutura do mundo do trabalho que diante do atual desemprego estrutural e a desregulamentação do trabalho é marcada por empregos temporários, parte-time, subcontratados.

Uma análise dos trabalhos desempenhados pelos sujeitos permite elencar duas características essenciais desse processo: a primeira diz respeito aos períodos de permanência variáveis. Observou-se que a permanência dos trabalhadores varia entre dias, meses e anos. Esse período depende de condicionantes estabelecidos pelo mercado e, também, das condições objetivas dos sujeitos. Trabalhadores que deixam suas famílias tendem a retornar com menor tempo do que os que são mais jovens e não constituíram família.

Outro fator que influencia nesse tempo de deslocamento é a duração do trabalho,

como as empreitadas da construção civil, pois muitos trabalhadores quando terminam a obra não conseguem outro trabalho imediatamente e retornam para casa. Aqueles que permanecem por mais tempo, o fazem até juntar algum dinheiro para voltar ao seu município.

A segunda característica que pode ser mencionada é a mudança constante de atividades desempenhadas. Essa característica é fundamental para compreender o período atual de reestruturação produtiva, pois demonstra a versatilidade e a maleabilidade que são impostas aos trabalhadores com as devidas adequações, de acordo com a demanda do mercado. Babá, empregada doméstica, atendente de telemarketing, diarista, pedreiro, ou qualquer função disponível, o que retrata uma realidade de adequação a funções variadas. O trabalhador flexível precisa ser um sujeito capaz de desempenhar um grupo de atividades, pois essa é a marca dos rearranjos da acumulação flexível no que concerne à flexibilidade dos trabalhadores.

Por um lado, é a condição em que estão inseridos de negação do direito de reprodução de suas vidas e a não efetivação de políticas que transformem estruturalmente a vida da classe trabalhadora que qualificam trabalhadores do campo e da cidade pelo mercado enquanto sujeitos moldáveis, maleáveis, capazes de se adaptarem a qualquer demanda apresentada pelo mercado capitalista ao qual estão subjugados. Por outro lado, a vida desses sujeitos, suas comunidades, também, é resultado das transformações ocorridas ao longo do tempo diante dos longos anos de imersão nesse processo.

Analisar a plasticidade do trabalho remonta, portanto, ir ao âmago das relações de exploração do trabalho. Ela se revela em várias dimensões, nas condições enfrentadas por famílias das comunidades rurais das quais adolescentes em idade escolar precisam sair para encontrar trabalho para ajudar a manter a família; na exploração da classe trabalhadora de pequenos municípios que, sejam no campo ou na cidade, são colocados ao subjugo do capital, tendo de vender sua força de trabalho longe de suas famílias em condições de deterioração de suas vidas enfrentando jornadas de trabalho de mais de 12 horas e que, quando retornam para o seu município, não conseguem ao menos vender essa força de trabalho ou, quando isso é possível, a vendem por salários baixíssimos e enfrentam condições de trabalho com nível de precariedade tão altos quanto aqueles que enfrentaram nas grandes cidades.

É importante ressaltar que o aumento dos postos de trabalho temporário, juntamente com a investida de governos neoliberais para flexibilizar as leis trabalhistas,

intensificam a precariedade do trabalho. O trabalho temporário, terceirizado, *part-time* se consolida na contramão da reprodução da vida dos trabalhadores, desconstrói conquistas de direitos e, em parte, desarticula a classe trabalhadora.

Conforme argumenta Gonçalves (2001), as mudanças que decorrem nos últimos anos no sistema produtivo repercutem em transformações na sociedade e no território, o que amplia as mazelas da classe trabalhadora. Entende-se a partir das reflexões do autor que a aprovação recente do Estado brasileiro de leis como a terceirização e a Reforma Trabalhista partem de uma ideologia neoliberal que coaduna com a flexibilização do trabalho.

A plasticidade do trabalho não concerne somente à adaptabilidade, às mudanças nas funções e no modo polivalente dos trabalhadores. Apesar de ter esse caráter de adequação, é também resultado do processo de volubilidade no mundo do trabalho, que se revela na face da precarização, através da exploração da força de trabalho, seja ela adulta, infantil, ou até mesmo como em muitos casos, em condições análogas à escravidão. O mundo do trabalho hoje é marcado por relações que têm por finalidade subtrair dos sujeitos todas as formas de agregar mais valor do trabalho realizado.

Compreende-se que plasticidade do trabalho pode ser entendida, portanto, como um processo em que a classe trabalhadora é obrigada a se adaptar às condições impostas pelo mercado (leia-se os capitalistas), não só com relação a ocupação de diferentes postos de trabalho, mas a condições e relações de trabalho que degradam suas vidas, coisificam a sua humanidade e elevam ao mais alto grau a exploração da sua força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES

No contexto da sociedade contemporânea, o trabalho, enquanto elemento de intercâmbio material entre sociedade-natureza, reafirma sua centralidade. Todavia, vive-se um momento em que as mudanças do sistema produtivo são vorazes e há constantemente profundas alterações nas quais o trabalho vivo, único elemento capaz de gerar valor se torna cada vez mais precarizado frente às transformações no mundo do trabalho.

A flexibilização das relações de trabalho emergiu no Brasil a partir da década de 1990 e, desde então, tem apresentado novas formas de trabalho caracterizadas pelo trabalho temporário, terceirizado e *part-time* que, dentro do sistema de acumulação capitalista têm por objetivo baratear o custo da força de trabalho e atenuar ao máximo a sua exploração. A flexibilização atrelada à acumulação flexível e à crescente ideologia neoliberal são elementos que levam à intensa mobilidade e plasticidade do trabalho marcada pela precarização e

deterioração da classe trabalhadora.

O texto apresentado está contextualizado no recorte temporal que requer maior atenção por parte da classe trabalhadora no Brasil, pois vive-se um momento de forte investida do capital no qual está em curso leis que desregulamentam ainda mais o trabalho e levam a perda de direitos da classe trabalhadora. A retomada do governo claramente neoliberal, que garantiu a aprovação das leis da terceirização, da reforma trabalhista e coloca em iminência a reforma previdenciária, o que coaduna com os interesses do capital mundial e acarreta em aumento da precariedade no país.

O desafio proposto inicialmente de analisar a plasticidade do trabalho a partir da realidade empíricas da classe trabalhadora de um pequeno município convergiu para um maior aprofundamento na definição teórica de tal conceito. Assim, compreende-se que há a reprodução contínua da condição de força de trabalho mobilizada. A trajetória de vida de trabalhadores camponeses e urbanos é marcada pela mobilidade do trabalho que se revela, também, enquanto resultado da expropriação dos trabalhadores. Os deslocamentos, geralmente de períodos curtos, se direcionam para lugares com grande concentração de capital e, portanto, de maior possibilidade de postos de trabalho temporários. Nesse sentido, a mobilidade do trabalho se entrelaça com as novas formas de trabalho flexível.

As relações de trabalho em Belo Campo são marcadas pela intensa precarização do trabalho e é reflexo do emaranhado de amplas transformações no contexto de reestruturação produtiva. São trabalhadores que estão ao subjugo do capital e em constante mobilidade à procura de trabalhos flexíveis, temporários, *part-time*. Estão a mercê de trabalhos incertos, autônomos que revelam a face do que se define enquanto plasticidade do trabalho.

As características dessas relações marcadas por jornadas extensivas de trabalho, pagamentos de salários por produção e/ou comissão, condições de trabalho degradantes e sem direitos trabalhista, utilização de força de trabalho de crianças e adolescentes revelam o quanto a flexibilização precariza a vida dos trabalhadores e essa é uma realidade latente dentro e fora dos pequenos municípios.

Plasticidade e mobilidade do trabalho estão intimamente ligados. A plasticidade se caracteriza pela variação do tempo de permanência dos trabalhadores nos postos de trabalho em constante remodelação, que revela sujeitos maleáveis, moldáveis diante da demanda do mercado. A plasticidade se revela também na precarização do trabalho que degrada os sujeitos na dimensão de realização concreta da vida. Ela se expressa na vida dos sujeitos e reflete na configuração do espaço social das comunidades rurais e urbanas de Belo Campo

como forma de disponibilizar ao sujeitos para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, G.; ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educação e Sociedade**, Campinas (SP), v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, R. Na escravidão o trabalhador era vendido, na terceirização é alugado. In: **Carta Capital**. Editora Confiança Entrevistadora: Dimalice Nunes. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d>>. Acesso em 17 de maio de 2017.

_____. **O novo e precário mundo do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho**, São Paulo: Boitempo, 2005.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GONÇALVES, M. A. Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho. In: **Revista Pegada**, v. 2, n. 1, 2001.

HARVEY, D. **A Condição pós-moderna**. 24 ed. Loyola. São Paulo. 2013.

LISBOA, Josefa Bispo de. **Trajatória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. 2007, 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) -Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo; 2013.

MORAES, A. C. R.; COSTA, V. M da. **A valorização do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Silmara Oliveira. **Mobilidade e plasticidade do trabalho: a reprodução da vida dos trabalhadores no município de Belo Campo/BA**. 2018, 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018.

MOREIRA, S. O. SANTOS, J. Mobilidade temporária do trabalho nos pequenos

municípios, frente à reestruturação produtiva do capital. In: **Revista Pegada** – vol. 17 n.1 173. jul/2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PERPETUA, G.M. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada Eletrônica** (online), .14, p.58-80,2013.

SENE, T.S. Desemprego e precarização, duas dimensões da crise do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Revista Pegada** – vol. 06 n.2 101. Nov/2005.

THOMAZ JUNIOR, A. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, 2011. p. 307-329. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/176/RAE25>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2018.

_____. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho. Repensar auto-crítico sobre as classes trabalhadoras no Brasil. In: **Revista Pegada**, v 07, n. 1, p. 07- 40, 2006. Disponível em:< <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf900/classe-trabalhadora-brasil/classe-trabalhadora-brasil.pdf>>, acesso em 11 de jun. 2017.

VIANA, Márcio Túlio. Velhos e novos enfoques sobre o trabalho temporário. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, n. 57, p. 151-162, jul./dez. 1997.

Submetido em: agosto de 2018

Aceito em: outubro de 2018